



CÂMARA DOS DEPUTADOS
(DO SR. CARLOS CARDINAL)

ASSUNTO:

Regulamenta o disposto no parágrafo 2º do artigo 227 da Constituição Federal.

DESPACHO: APENSE-SE AO PL Nº 5.993/90

AO ARQUIVO

em 23 de maio de 19 91

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

DE 19

PROJETO N.º

91

952

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 952, DE 1991

(DO SR. CARLOS CARDINAL)



Regulamenta o disposto no parágrafo 2º do artigo 227 da
Constituição Federal.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 5.993, DE 1990).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apense-se ao PL. 5993/90.

Em 08 / 05 / 91.

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 952, DE 1991.

(Do Sr. Carlos Cardinal)

Regulamenta o disposto no 2º, do art. 227, da Constituição.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os logradouros e os edifícios de uso público deverão, obrigatoriamente, conter vias de acesso, rampas e portas que facilitem o trânsito de portadores de deficiência física.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, os códigos de obras municipais disporão sobre normas que determinem as facilidades de uso, pelos deficientes físicos, dos logradouros e edifícios públicos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Art. 2º Os fabricantes de veículos de qualquer natureza, destinados ao transporte coletivo de passageiros, equiparão tais veículos com rampas de acesso, portas e bancos que facilitem o trânsito de portadores de deficiência física.

Parágrafo único - Os veículos de transporte coletivo de passageiros, já em utilização, deverão fazer as adaptações de que trata este artigo no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da publicação desta lei.

Art. 3º As obras públicas da União, dos Estados e do Distrito Federal deverão observar as normas previstas no art. 1º.

Art. 4º Os logradouros e edifícios públicos existentes à data da publicação desta lei, deverão ter as adaptações devidas no prazo máximo de 6 (seis) meses.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Art. 5º A inobservância do disposto nesta lei su
jeitará os infratores a multa de Cr\$ 200 000,00 (duzen -
tos mil cruzeiros), reajustável mensalmente com aplica-
ção da TR (Taxa R_eferencial de Juros).

Parágrafo único. No caso de reincidência, a multa
será aplicada em dobro.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, aos

J U S T I F I C A Ç Ã O

Em boa hora, o legislador constituinte começou a de



CÂMARA DOS DEPUTADOS



flagrar o processo de resgate dos direitos dos portadores de deficiência, até então tratados como verdadeiros marginai nais, sem quaisquer prerrogativas especiais, decorrentes de sua condição.

Nesse contexto se insere a norma consubstanciada a no § 2º, do art. 227, da Lei Maior, a qual determina que a lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

Em assim sendo, a fim de que a importante medida tenha breve aplicação, preconizamos, nesta proposição, a regulamentação da aludida disposição constitucional, a qual, temos convicção, haverá de merecer a acolhida dos ilustres membros desta Casa.

Sala das Sessões, aos 8 de Maio de 1991

Carlos Cardinal
CARLOS CARDINAL



CÂMARA DOS DEPUTADOS

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES



CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

Título VIII

DA ORDEM SOCIAL

Capítulo VII

DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

17/05/91

Secretaria-Geral da Mesa

f1. 5

PROPOSICAO : PL. 0952 / 91
AUTOR : CARLOS CARDINAL - PDT/RS

DATA APRES.: 08/05/91

Regulamenta o disposto no Par. segundo, do art. 227, da Constituicao.

Despacho :

Apense-se ao PL. 5993/90.